

O ESTADO DE S. PAULO — Sábado, 16-3-83

POLÍTICA ECONÔMICA

O novo governo pode esperar:

Uma inflação de 10 a 10,5% para este mês

Recuperação do nosso parque industrial

E o petróleo do poço gigante de Campos

Uma inflação entre 10 e 10,5% este mês? Essa é a perspectiva deixada pela equipe econômica do governo Figueiredo, segundo revelou ontem em Brasília o presidente do BCN, Pedro Conde, que comentou:

— Na conversa que tivemos com Delfim, ele disse que a inflação ficará nesse nível em março.

O banqueiro, embora trabalhando com uma inflação de 220% para este ano, acha possível que a taxa possa vir a declinar para 180% conforme a nova promessa do governo brasileiro ao FMI, desde que sejam adotadas as medidas de austeridade já delineadas pelo novo ministro da Fazenda, Francisco Neves Dornelles.

Com relação às taxas de juros, os banqueiros ontem presentes à posse de Dornelles foram laconicos. "Primeiro é preciso reduzir o déficit público", comentou Teóphilo de Azeredo Santos, presidente do Sindicato dos Bancos do Rio de Janeiro. Para ele, também ajudará na redução dos juros uma decisão governamental de diminuir os depósitos compulsórios dos bancos no Banco Central.

Para Pedro Conde, porém, isso significará pressões adicionais sobre a meta monetária. Conde entende que qualquer medida que venha a ser adotada precisa de estudos dentro de um contexto geral. Destacou que já se andou falando no fim dos depósitos em moeda estrangeira no BC, o que tira o encargo deste mas também pressiona a base monetária.

Para José Eduardo Vieira, do Bamerindus, a redução do déficit público vai permitir que o governo reduza o depósito compulsório e o IOF, talvez mesmo o Imposto de Renda sobre o open e depósitos a prazo, tudo contribuindo para reduzir as taxas de juros.

Já Ronaldo César Coelho, presidente da Associação Nacional dos Bancos de Investimentos, considera importante repensar as instituições independentes e a própria organização dos conglomerados financeiros.

Secretaria Especial

Em um de seus últimos decretos, o presidente Figueiredo criou na estru-

Taxa de inflação superior a 10% este mês deve ser a herança deixada pela equipe econômica do governo Figueiredo.

tura da Seplan a Secretaria Especial de Coordenação Econômico-Social, órgão de assessoramento direto do ministro, com a atribuição de coordenar medidas relativas à política de desenvolvimento econômico e social e assuntos econômico-sociais, afins ou interdependentes, que interessassem a mais de um

ministério, quando a missão coordenadora couber à Pasta do Planejamento.

O ocupante da nova secretaria, que será designado pelo presidente da República, também assessorará o titular da Seplan nas suas funções de secretário-geral do Conselho de Desenvolvimento Econômico (CDE) e do Conselho de Desenvolvimento Social (CDS). Uma secretaria idêntica foi criada, também por iniciativa do general Figueiredo, no Ministério da Fazenda, para atuar em substituição à Assessoria Econômica. Na prática, o mesmo ocorrerá na Seplan, o que representará apenas uma nova ordenação de tarefas, sem um acréscimo de poder para nenhuma das Pastas.

O presidente da Associação Nacional das Instituições do Mercado Aberto (Andina), Carlos Brandão, disse ontem, no Rio, que os novos dirigentes do Banco Central não devem elevar as taxas de juros das operações de financiamento por um dia (overnight) realizadas no open, porque isso representaria uma quebra de promessa do presidente Tancredo Neves de reduzir o custo do dinheiro no sistema financeiro.

O alerta foi feito devido ao fato de o Banco Central ter cobrado, ontem, taxa acima de 5,50% ao mês para os pequenos volumes de recursos concedidos às instituições financeiras que não tinham equilibradas suas posições de caixa até o final do expediente.

Essa taxa representou um custo efetivo de 16,50% ao mês para este final de semana, enquanto que entre as próprias instituições os financiamentos estavam sendo negociados na média de 4,70%, ou seja, 14,10% ao mês para quem tomou dinheiro, de ontem até segunda-feira próxima.